

RELAÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS COM EDUCAÇÃO E OS ROYALTIES DE ITAIPU NOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ

Andressa Bender (UNIPAR) andressaunipar@gmail.com
Daiane Aparecida Fappi (UNIPAR) ddaiaanne@hotmail.com
Idair Edson Marcello (UNIPAR) idairmarcello@prof.unipar.br

Resumo

As contas públicas caracterizam-se pela contabilização das receitas bem como dos gastos públicos. Por meio de uma correta e eficaz gestão dos recursos públicos cria-se condições para a promoção e o desenvolvimento pessoal e socioeconômico, garantindo dessa forma o atendimento às necessidades básicas dos indivíduos, entre elas o acesso à educação básica gratuita e de qualidade. Desta forma, o presente artigo objetiva analisar as contas públicas e a qualidade da educação básica nos municípios do Oeste do Paraná tendo como base o ano de 2013, por meio da aplicação da técnica Análise Envoltória de Dados (DEA). A mesorregião escolhida para este estudo foi o Oeste do Paraná, sendo possível realizar comparações entre os municípios da mesma por meio dos indicadores encontrados, além de verificar se os municípios que recebem *royalties* de Itaipu apresentam-se mais ou menos eficientes em Educação Básica. Conforme resultados encontrados, apenas quatro dos cinquenta municípios que compõem esta mesorregião apresentam eficiência máxima em Educação Básica, sendo eles o município de Foz do Iguaçu, Medianeira, Cascavel e Serranópolis do Iguaçu. Ainda com relação aos dezesseis municípios beneficiados com recursos advindos dos *royalties* de Itaipu, apresentam eficiência máxima apenas os municípios de Foz do Iguaçu e Medianeira, não representando o incremento de tais recursos vantagens significativas no indicador analisado nos municípios beneficiados. De forma geral, todos os municípios que compõem a mesorregião apresenta média e alta eficiência na aplicação de recursos em Educação Básica.

Palavras-chave: Eficiência; Educação Básica; DEA; Oeste do Paraná; *Royalties*.

RELATIONSHIP OF PUBLIC EXPENDITURE WITH EDUCATION AND ROYALTIES OF ITAIPU IN THE MUNICIPALITIES OF THE WEST OF PARANÁ

Abstract

Public accounts are characterized by the accounting of revenues as well as public expenditure. Through a correct and efficient management of public resources, conditions for personal and socioeconomic development and promotion are created, thus guaranteeing the basic needs of individuals, including access to free and quality basic education. In this way, the present article aims to analyze the public accounts and the quality of basic education in the municipalities of the West of Paraná, based on the year 2013, through the application of the Data Envelopment Analysis (DEA) technique. The mesoregion chosen for this study was the West of Paraná, being possible to make comparisons among the municipalities of the same through the indicators found, besides verifying that the municipalities that receive royalties from Itaipu are more or less efficient in Basic Education. According to results found, only four of the fifty municipalities that compose this mesoregion present maximum efficiency in Basic Education, being the municipality of Foz do Iguaçu, Medianeira, Cascavel and Serranópolis do Iguaçu. Also with respect to the 16 municipalities benefiting from resources from Itaipu royalties, the municipalities of Foz do Iguaçu and Medianeira only show maximum efficiency, and there are no significant advantages in the indicator analyzed in the beneficiary municipalities. In general, all municipalities that make up the mesoregion present medium and high efficiency in the application of resources in Basic Education.

Key-words: Efficiency; Basic education; DEA; West of Paraná; *Royalties*

1. Introdução

O Estado do Paraná é considerado um dos Estados mais desenvolvidos do Brasil, apesar de que seus 399 municípios apresentam realidades socioeconômicas heterogêneas, apresentando-se em diferentes fases de desenvolvimento. Alguns destes municípios possuem maior expressão econômica, com altos índices em indicadores sociais, enquanto outra parte destes não possui grande expressão econômica nem indicadores sociais satisfatórios. Esta heterogeneidade retrata as desigualdades na condição de vida da população, representando a divergência na capacidade de geração de excedente econômico pelos municípios.

Com vista na diminuição da desigualdade entre os municípios paranaenses, conforme Silva, et al (2005, p.45) faz-se “necessária a aplicação de políticas públicas que ajam no sentido de retirar algumas regiões da aparente armadilha da pobreza a que estão submetidas” de forma a promover o desenvolvimento equilibrado entre todas as regiões e os municípios paranaenses.

Conforme afirmam Martins e Luque (1999), os gastos do setor público devem ser utilizados para solucionar problemas de ordem básica na sociedade, como investimentos nas áreas de saúde, educação, segurança, entre outros.

Com relação ao investimentos em educação no Brasil, Arelaro (2004) dispõe sobre a importância de levar-se em consideração critérios sobre as condições socioeconômicas como também valores referentes à arrecadações tributárias realizadas pelos municípios, sendo que para a alocação de recursos públicos destinados para a educação deve considerar-se as políticas econômicas, fiscais e tributárias de cada município, cabendo ao governo a decisão do montante de recursos a serem aplicados em educação.

O presente artigo foi elaborado por meio de revisão literária e um estudo de caso, tendo como objetivo realizar análise comparativa dos valores dos Gastos Públicos e a qualidade da Educação Básica entre municípios da região Oeste do Paraná, evidenciando os resultados decorrentes de valores investidos em educação entre os municípios que recebem e aqueles que não recebem *royalties* da Usina de Itaipu.

Para a análise proposta foram utilizados dados variáveis do ano de 2013 publicados pelo IDEB (Índice de Educação Básica) para alunos do 5º ano, sendo aplicada a Análise Envoltória dos Dados (DEA) para a análise das variáveis.

Utilizando a DEA, é possível detectar valores referentes à eficiência como também ineficiência entre os municípios alvo do estudo, de forma a permitir a melhora das variáveis dos municípios ineficientes, espelhados nas políticas públicas de investimento na educação nos municípios com índices eficientes, bem como a manutenção dos índices pelos municípios tidos como eficientes, além de conseguir observar se os municípios beneficiados pelos *royalties* de Itaipu apresentam índices mais eficientes daqueles municípios que não recebem tal benefício.

2. Referencial Teórico

Sendo a educação direito subjetivo de cada pessoa, a Constituição Federal de 1988 estabelece que é direito de todo cidadão o acesso ao ensino público gratuito, do ensino básico ao superior, cabendo aos municípios o dever do bom uso dos valores dos recursos públicos repassados pelo Estado e pela União na supervisão e manutenção de programas referentes à educação infantil e do ensino fundamental, como também para a garantia dos demais direitos básicos dos cidadãos.

No ano de 1996, por meio da Emenda Constitucional nº 14 foi criado o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), que regulamentou o funcionamento da educação pública nacional no que se refere ao ensino fundamental. O FUNDEF teve sua implementação em 1º de janeiro de 1998,

data na qual teve início o sistema de redistribuição de recursos públicos destinados ao ensino fundamental. Vigorou até o ano de 2006, sendo substituído pelo FUNDEB, deixando resultados bem como ações positivas no tocante à políticas educacionais.

A alocação dos recursos do FUNDEB para cada unidade federativa é feita baseado no número de matrículas dos alunos na educação básica em cada rede de ensino. Para os municípios, os recursos deverão ser utilizados em investimentos na educação infantil bem como no ensino fundamental, já os Estados deverão utilizar tais recursos com o ensino fundamental e médio (PINTO e ADRIÃO, 2006).

Acrescentam Brunet, Bertê e Borges (2008), que, para garantir a eficácia nos gastos públicos em educação faz-se necessário que o aumento dos gastos apresente resultados proporcionais no que concerne à qualidade dos resultados apresentados, os quais para sua concretização necessitam de investimentos de longo prazo. Os gastos com educação devem proporcionar a eficiência e a igualdade nos sistemas de ensino para que ocorra o processo de aprendizagem dos alunos.

2.1 Eficiência

Eficiência é o resultado de ações realizadas que resultam no objetivo esperado. Conforme Ferreira (2005), a eficiência dá-se por meio das condições de operacionalização de um conjunto, sendo operacionalizada com a entrada dos recursos de forma a maximizar as saídas dos mesmo, fazendo uso dos recursos disponíveis. É função do gestor público zelar pelos recursos públicos bem como aplicá-los eficientemente de forma a beneficiarem o maior número possível de indivíduos.

Como forma de medir a eficiência das instituições públicas compara-se o valor dos resultados das ações por ela instituídas com o capital orçado para a realização de tal atividade. A avaliação da eficiência dar-se-á por meio da aplicação dos recursos e o acompanhamento dos gestores públicos de forma a garantir a eficácia no cumprimento das metas relativas à política social realizada pelo governo (FRANÇA, 2002).

2.2 Contas públicas

As contas públicas caracterizam-se pela contabilização das receitas bem como dos gastos públicos, englobando desde receitas de arrecadação tributária até gastos internos nos mais variados setores, incluindo o setor de educação. Tais contas, também representam o conjunto de dados e informações de caráter econômico-financeiro das entidades públicas.

Os gastos públicos referem-se aos valores que são gastos pelos Estados e municípios para custeio das atividades prestadas à população. O gasto público não implica somente no aumento dos serviços prestados pelo governo. Conforme Prata (2003) os gastos públicos são o reflexo de investimentos do governo em várias áreas básicas, como saúde, educação, entre outras, sendo que por meio da alocação de recursos para financiar as mesmas é que o governo demonstra a realização de investimentos em setores prioritários para prestação de serviço e atendimento às necessidades da população.

Uma eficaz e correta gestão pública é um dos meios de se alcançar o desenvolvimento local, pois por meio da correta alocação de tais recursos, cria-se condições para a promoção do desenvolvimento socioeconômico.

2.3 Desenvolvimento socioeconômico

Na concepção de Oliveira (2002), o desenvolvimento resulta do processo de mudanças de ordem econômica, política, humana e social. O desenvolvimento representa o crescimento

adquirido por meio de resultados positivos na renda e nos produtos adquiridos pelos indivíduos, de forma capaz de satisfazer as necessidades básicas e de lazer do ser humano.

A desigualdade vem como consequência da má gestão de recursos públicos, sendo que com a alocação correta de recursos públicos são criadas condições para o desenvolvimento homogêneo e equilibrado bem como socioeconômico da população do município e do Estado.

A análise do desenvolvimento socioeconômico realizada por meio de indicadores colabora para que os gestores públicos, na posse de informações da realidade municipal aloquem recursos e invistam de forma correta a fim de melhorar tais indicadores e promover o desenvolvimento da população bem como dos índices municipais.

3. Metodologia da Pesquisa

A pesquisa desenvolvida possui caráter experimental, conforme relata Gil (2008) “a pesquisa experimental consiste em determinar um objeto de estudo, selecionar as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo, definir as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto”.

A pesquisa ocorreu de forma quantitativa, que segundo Lakatos e Marconi (2009), possibilita mensurar e relacionar variáveis. Por meio da descrição e análise de indicadores educacionais entre os municípios, identificou-se aqueles que se apresentam alto nível de eficiência bem como baixo nível de eficiência no que se refere ao valor de recursos públicos investidos em educação, evidenciando os resultados decorrentes de investimentos nessa área entre os municípios que recebem e aqueles que não recebem *royalties* da Usina de Itaipu.

Através de revisão literária, com fontes bibliográficas e documentais e do estudo de caso, efetuou-se coleta de dados referente ao ano de 2013 para os 50 municípios que compõem a mesorregião Oeste paranaense, possuindo como base o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) sendo aplicada a Análise Envoltória dos Dados (DEA) para a análise das variáveis.

4. Área de estudo

O Estado do Paraná é um dos 26 estados brasileiros, encontra-se situado na Região Sul do país, fazendo fronteira com os estados de Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do sul, bem como com os países da Argentina e Paraguai. Possui seu litoral banhado pelas águas do Oceano Atlântico.

A economia do estado do Paraná é a 4º do país, com valor do PIB de 332.837.000,00 correspondente a 6,26% do PIB nacional no ano de 2013. Possui área territorial de 199.880 km², possuindo 399 municípios divididos em 10 mesorregiões e 39 microrregiões, apresentando como capital a cidade de Curitiba (IPARDES, 2015).

Conforme classificação feita com base na estrutura produtiva, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 1976, organizou os 399 municípios paranaenses em 10 (dez) mesorregiões. Conforme Ipardes (2004, p.4) “as mesorregiões geográficas paranaenses são heterogêneas em termos de composição municipal, populacional, grau de urbanização, dinâmica de crescimento, participação na renda de economia do Estado e empregabilidade”, o que permite apontar desigualdades bem como potencialidades inter-regionais.

Dentre as mesorregiões paranaenses, encontra-se a região Oeste, fonte de estudo deste artigo. Conforme Ipardes (2003) esta mesorregião abrange uma área correspondente a 11,5% do território do estado. É composta por 50 (cinquenta) municípios, agrupados em 3 (três) microrregiões, consideradas núcleos urbanos norteadores da economia das suas

microrregiões, são estas: microrregião de Foz do Iguaçu, microrregião de Cascavel e microrregião de Toledo. A mesorregião Oeste constitui-se como a terceira área em importância econômica do Estado, conforme Nascimento e Schroeder (2009).

Os níveis de emprego formal tem se expandido em todos os municípios da mesorregião, sendo que a mesma possui uma moderna base produtiva na agropecuária, gerando ganhos principalmente no setor primário.

A mesorregião ainda conta com a Usina de Itaipu, Cataratas do Iguaçu e Parque Nacional do Iguaçu, propiciando recursos advindos do setor turístico e hoteleiro, sendo que várias prefeituras municipais contam com uma fonte de recursos extraordinária advinda da distribuição de *royalties*, principalmente os resultantes da geração de energia de Itaipu (IPARDES, 2004, p. 22 e 23).

Dentro da mesorregião Oeste bem como entre mesorregiões e municípios paranaenses, há grande diferença no que se refere às questões econômicas e sociais, sendo que alguns municípios destacam-se pela expressão econômica bem como apresentação de altos índices sociais, enquanto outros municípios não apresentam resultados satisfatórios em nenhuma das esferas ou em apenas uma delas. Por meio da análise do desenvolvimento econômico e social, verifica-se a heterogeneidade entre os municípios paranaenses e as desigualdades na condição de vida da população e na capacidade de geração de receitas destes.

Com vista na diminuição das desigualdades econômico-sociais apresentadas entre os municípios se faz necessária a ação de políticas públicas a fim de contornar a situação e garantir o desenvolvimento equilibrado, eliminando situações de pobreza em que se encontram alguns municípios, por meio de investimentos em áreas que efetivamente contribuam para a reversão da situação desfavorável, com vista a diminuir as disparidades socioeconômicas apresentadas entre os municípios, mesorregiões e Estados brasileiros.

4.1 Microrregiões Paranaenses e a Influência dos *Royalties* de Itaipu

Conforme Nascimento e Schroeder (2009), a mesorregião Oeste paranaense possui três municípios com maiores níveis de crescimento e desenvolvimento, tornando-os núcleos de influência dentro da mesorregião Oeste, denominadas microrregiões, com polos localizados nas cidades de Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo.

A microrregião de Foz do Iguaçu é formada por 11 (onze) municípios, enquanto as microrregiões de Cascavel e Toledo possuem 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) municípios respectivamente (IPARDES, 2006).

Como a criação da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a necessidade de reservatório para seu abastecimento, muitos municípios da região Oeste paranaense tiveram significativas perdas de solos férteis, ocasionado na redução da produtividade, consequentemente de rentabilidade e arrecadação, acabando por reduzir o desenvolvimento tanto natural como econômico de tais municípios.

Como forma de amenizar os impactos causados pela criação do reservatório, a Usina Hidrelétrica de Itaipu faz o repasse de *royalties* aos municípios lindeiros ao reservatório.

“Os *royalties* são o valor pago ao detentor de uma marca, patente, processo de produção, produto ou obra original pelos direitos de sua exploração comercial. Os detentores recebem percentagem das vendas dos produtos produzidos com o consumo de suas marcas, processos, etc., ou dos lucros obtidos com estas operações” (Sandoni, 1989, p.386 *apud* EBERHARDT, 2002, p.25).

O pagamento de *royalties* aos municípios teve seu início no ano de 1991, sendo tais recursos “(...) uma compensação financeira a Estados, municípios e órgãos federais pelo

aproveitamento hidráulico da Bacia do Rio Paraná para a geração de energia elétrica” conforme salienta Ribeiro (2005, p.50).

São dezesseis os municípios paranaenses que recebem repasses oriundos dos royalties de Itaipu, conforme Itaipu (2006):

“No Paraná, os municípios que têm direito aos royalties são: Santa Helena, Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Diamante D’Oeste, Entre Rios do Oeste, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Mercedes, Missal, Pato Bragado, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e Terra Roxa. Também tem direito ao benefício o município de Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul.”

O valor do repasse aos municípios beneficiados pelos royalties da Itaipu Binacional varia mensalmente conforme a geração de energia mensal comercializada.

5. Coleta e Análise dos dados

5.1 Análise Envoltória dos Dados (AED)

O método utilizado para medir a eficiência dos municípios do Oeste paranaense foi a Data Envelopment Analysis (DEA), em português Análise Envoltória dos Dados (AED), que conforme Silva et al (2010, p.6) é “indicada para avaliar a eficiência do emprego dos recursos dos municípios em seus diversos serviços prestados” tornando possível a comparação entre organizações que atuam na mesma área, identificando e comparando seu desempenho, permitindo a identificação das melhores práticas de políticas importância na mensuração da eficiência de setores como saúde e educação, sendo tal método capaz de auxiliar no estabelecimento de metas para a melhoria dos índices dos municípios que apresentam desempenho ineficiente.

Lins e Mesa (2000, apud FARIA et al., 2008) apontam três etapas para a aplicação da AED, sendo a primeira a definição e a seleção das unidades produtoras ou tomadoras de decisão (DMUs) para a análise dos dados, a segunda sendo a seleção de variáveis (inputs-quantidade de recursos utilizados e outputs – bens produzidos) que se tornam relevantes e apropriadas para estabelecer a relativa eficiência das DMUs selecionadas, e a terceira que consiste na aplicação do modelo AED, com um maior ou menor nível de sofisticação.

A Análise Envoltória de Dados atribui a cada DMU um valor (escore) de representação relativo de seu desempenho, que variam entre 0 e 1, ou entre 0 e 100%, onde as unidades eficientes recebem valor igual a 1 ou 100%.

A definição das DMUs (municípios) ocorreu por meio da coleta de dados dos municípios da mesorregião Oeste do estado do Paraná, referentes ao ano de 2013. Como forma utilizada para medir a eficiência da educação básica de tais municípios, utilizou-se de 2 inputs (variáveis): Recursos do FUNDEB para a Educação Básica per capita e Receita Corrente per capita adicionada a Transferência de Recursos (federais, estaduais, municipais e de terceiros) per capita no ano de 2013, sendo que o valor recebido pelo pagamento de *royalties* por alguns municípios foi classificado como recursos de terceiros.

Já o output (variável) teve como base dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2013 para alunos de 5º ano do ensino fundamental. O modelo utilizado foi o CCR com orientação para o input, assumindo proporcionalidade entre variáveis input e output.

5.2 Apresentação e análise dos resultados

Conforme Análise Envoltória de Dados realizada, os municípios pesquisados foram classificados como possuindo nível baixo, médio baixo, médio e alto de desempenho com relação aos resultados apresentados no IDEB, conforme tabela 01 a seguir:

Classificação		Total de Municípios	Porcentagem
0 a 0,4	Baixa	-	-
0,4 a 0,6	Médio baixo	-	-
0,6 a 0,8	Médio	29	58%
0,8 a 1	Alto	21	42%
Total	-	50	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 01 – Classificação dos municípios do Oeste paranaense com o IDEB

Conforme classificação acima constatou-se que dos 50 municípios que compõem a mesorregião Oeste do Paraná, 21 destes (42%) apresentam-se eficientes, tendo alto desempenho na Educação Básica, enquanto que os demais 29 municípios (58%) apresentam-se com médio desempenho no que diz respeito a este mesmo quesito. Nenhum dos municípios analisados apresentaram média baixa nem baixa eficiência em Educação Básica, não sendo este quesito mais relevante para a disparidade de desenvolvimento econômico e social entre tais municípios.

Como já descrito, alguns municípios da mesorregião Oeste recebem incremento de recursos advindos da distribuição de *royalties* da Usina de Itaipu, sendo que tais municípios apresentam ao seguinte classificação de eficiência:

Eficiência	Municípios beneficiados com Royalties	% dos Municípios Beneficiados com Royalties	Total de Municípios na mesorregião oeste	% Municípios que recebem royalties em relação ao total de municípios da mesorregião
Baixa	-	-	-	-
Médio Baixo	-	-	-	-
Média	11	69%	29	38%
Alta	5	31%	21	24%
Total	16	100%	50	62%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Tabela 02 – Classificação dos municípios do Oeste paranaense que recebem royalties de Itaipu

Conforme exposto na Tabela acima, constata-se que apesar do recebimento de recursos extras advindos da distribuição de *royalties* de Itaipu, em apenas 31% dos municípios beneficiados por esse recurso tem-se um alto nível de eficiência, o que representa um percentual de apenas 24% do total de 21 municípios da região oeste paranaense que apresentaram alto nível de eficiência em Educação Básica. O que chama a atenção é o elevado percentual de municípios beneficiados pelos *royalties* de Itaipu que apresentam médio desempenho em Educação Básica, representando percentualmente 69% dos 16 municípios que recebem tal benefício, bem como representam 38% dos 29 municípios que apresentam médio desempenho em Educação Básica.

Os municípios que recebem royalties de Itaipu possuem níveis de eficiência conforme mesorregião, como consta na Tabela 3 a seguir:

Mesorregião	Total de municípios mesorregião	Municípios eficiência média	Eficiência a média	Municípios eficiência alta	Eficiência alta	Percentual total
Mesorregião de Cascavel	18	5	72%	13	28%	100%
Mesorregião de Toledo	21	11	52%	10	48%	100%
Mesorregião de Foz do Iguaçu	11	5	45%	6	55%	100%
TOTAL	50	21	42%	29	58%	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Tabela 03 – Classificação dos municípios do Oeste paranaense conforme mesorregião.

Conforme resultados acima expostos, constata-se que a mesorregião com maior percentual de municípios com alta eficiência em Educação Básica é a mesorregião de Foz do Iguaçu, apresentando alta eficiência em 55% dos municípios (6 dos 11 que compõem a mesorregião). A mesorregião de Toledo apresenta equilíbrio entre os municípios que possuem média e alta eficiência em Educação Básica (10 dos 21 municípios que compõem a mesorregião apresentam alta eficiência). Já a mesorregião de Cascavel apresenta grande disparidade percentual entre os municípios considerados eficientes daqueles com médio desempenho em Educação Básica, sendo que percentualmente, apenas 28% apresentam-se com alto desempenho em Educação Básica (5 dos 18 municípios que compõem a mesorregião).

Essa disparidade entre o percentual de municípios da mesorregião de Cascavel classificados como eficientes e com média eficiência em Educação Básica, como hipótese, deve-se a nenhum dos 18 municípios que compõem a mesorregião serem beneficiados com *royalties* de Itaipu, tendo que aplicar em Educação Básica apenas recursos advindos de transferências de recursos federais, estaduais e municipais. Apesar disto, o Município de Cascavel apresentou índice 1 de desempenho em Educação Básica, o que também ocorre com o município de Serranópolis do Iguaçu, município da mesorregião de Foz do Iguaçu, que obteve índice 1, sem incremento de receitas com *royalties* de Itaipu, o que os torna os municípios da mesorregião mais eficientes em Educação Básica.

Já em se tratando da mesorregião de Toledo e de Foz do Iguaçu, muitos dos municípios que compõem essas mesorregiões são beneficiados com recursos extras advindos da distribuição de *royalties* de Itaipu.

Conforme resultados colhidos e analisados, os municípios que apresentam desempenho máximo em Educação Básica são os municípios de Foz do Iguaçu e Medianeira, ambos da mesorregião de Foz do Iguaçu, representando desta forma o percentual de 12% dos municípios beneficiados pelos *royalties*. Aqueles que não possuem classificação máxima mas que apresentam alto desempenho em Educação Básica correspondem a 19% do total dos municípios da mesorregião.

A grande maioria dos municípios que recebem *royalties* de Itaipu apresentam médio desempenho com relação à Educação Básica, representando um percentual de 69%, o que leva a crer que o recebimento de receitas extras decorrentes dos *royalties* de Itaipu não influencia de forma substancial no desempenho em Educação Básica apresentado pelos municípios da mesorregião de Toledo e Foz do Iguaçu.

6. Considerações finais

O presente artigo buscou identificar as contas públicas e a qualidade na educação básica nos municípios do oeste paranaense. Por meio da coleta, processamento e análise dos dados foi possível realizar comparações entre os municípios desta mesorregião pelos indicadores apresentados, além de verificar se os municípios que recebem *royalties* de Itaipu apresentam-se mais ou menos eficientes em relação a Educação Básica.

Os resultados permitiram identificar as contas públicas e a eficiência dos municípios do Oeste do Paraná quanto à Educação Básica no ano de 2013, além de indicarem as limitações da administração pública na alocação dos recursos e demonstrar que grande parte dos municípios se apresentam-se eficientes no que se refere à Educação Básica.

Dentre os 50 municípios que compõem a mesorregião Oeste, 42% destes são classificados como eficientes, sendo que os mesmos devem se preocupar em manter e melhorar sua posição alcançada, servindo de referência para um número cada vez maior de municípios. Já aos municípios classificados com Média eficiência, os quais são a grande maioria, ou seja 58% dos municípios estudados, sugere-se uma adequação da gestão adotada, no intuito de buscar a eficiência desejada na educação básica.

No que diz respeito aos municípios da mesorregião que recebem recursos extras advindos da distribuição de *royalties*, conclui-se que apesar da existência de tais recursos para investimento em educação, apenas 31% destes apresentam alto índice em Educação Básica, enquanto que 69% apresentam médio desempenho neste mesmo quesito, o que pressupõe que nos municípios com médio desempenho, tais recursos extras não estão sendo alocados da melhor forma a fim de proporcionar o desenvolvimento e a melhora dos índices referentes à Educação Básica. Neste caso, propõe-se uma adequação na alocação de tais recursos de maneira a contribuir para a maximização dos resultados apresentados no que diz respeito à indicadores em Educação Básica.

Conforme proposto inicialmente, a pesquisa apresentou resultados satisfatórios, não só de cunho científico, mas também para o conhecimento da realidade local dos municípios que compõem a região Oeste do Paraná, tornando-se útil para que os gestores possam tê-lo como ferramenta de auxílio para a tomada de decisões que visem a melhora do índice em Educação Básica no seu município, consequentemente a qualidade de vida da população. Outras pesquisas podem ser realizadas em regiões que recebem *royalties*, para verificar seus níveis de eficiência em educação básica, bem como constatar se tais recursos extras estão sendo alocados de maneira correta para a maximização dos resultados no que diz respeito ao desenvolvimento em educação básica.

REFERÊNCIAS

AMOP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ. *Municípios*. Disponível em: <<http://www.amop.org.br/>>. Acesso realizado em 22 de julho de 2016 às 22h58min.

ARELARO, L. R. G.; HORODYNSKIMATSUSHIGUE, L. B.; HELENE, O.; CAMARGO, R. B. de. *Passando a Limpo o Financiamento da Educação Nacional: algumas considerações*. Revista da ADUSP, São Paulo, n. 32, p. 30-42, 2004. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/files/revistas/32/r32a03.pdf>>. Acesso realizado em 23 de julho de 2016 às 08h32min.

BERTÊ, A.M de A.; BORGES, C. B.; BRUNET, J. F. G. *Qualidade do gasto público em educação nas redes públicas estaduais e municipais*. XIII Prêmio Tesouro Nacional, 2008.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm>. Acesso realizado em 15 de setembro de 2016 às 13h44min.

BRASIL. *Lei nº 11.494/2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica – FUNDEB*. Disponível em: <http://ftp.fnde.gov.br/web/fundeb/lei_11494_20062007.pdf>. Acesso realizado em 25 de maio de 2016 às 23h21min.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006*. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/leis/item/3651-emenda-constitucional-n%C2%BA-53-de-19-de-dezembro-de-2006>>. Acesso realizado em 21 de agosto de 2016 às 19h44min.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso realizado em 23 de julho de 2016 às 17h46min.

EBERRHARDT, E. *Os municípios lindeiros e a influência dos royalties*. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2002. 37p. Monografia para a conclusão do Curso de Geografia.

FARIA, F. P.; JANNUZZI, P. M.; SILVA, S.J. *Eficiência dos gastos municipais em saúde e educação: uma investigação por meio da análise envoltória no Estado do Rio de Janeiro*. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 42, n.1, p.155-177, jan./fev. 2008. Disponível em: <<http://unicamp.sibi.usp.br/bitstream/handle/SBURI/16131/S0034-76122008000100008.pdf?sequence=1>>. Acesso realizado em 23 de julho de 2016 às 20h13min.

FERREIRA, M. A. M. *A Eficiência técnica e de escala de cooperativas e sociedades de capital na indústria de laticínios do Brasil*. 2005. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2005.

FRANÇA, J. M. F. *Gestão produtiva em universidades públicas e privadas brasileiras: um estudo comparativo sobre eficiência técnica*. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IBGE Cidades – Produto interno bruto dos municípios do Estado do Paraná em 2013 – Síntese das informações*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/compamun/compara.php?lang=&coduf=41&idtema=152&codv=v08&search=parana|abatia|sintese-das-informacoes-2013>>. Acesso realizado em 26 de julho de 2016 às 14h39min.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Diagnóstico social e econômico*. Curitiba, 2003. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso realizado em 21 de julho de 2016 às 19h43min.

ITAIPU BINACIONAL. *Royalties*. 2006. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/>>. Acesso em 21 de julho de 2016 às 20h52min.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica*. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2009. 315 p.

MARTINS, V.; LUQUE, A.C. *O papel dos municípios no desenvolvimento econômico*. CEPAM, São Paulo, p. 79-85, 1999. Edição especial.

NASCIMENTO, W. C. do; SCHROEDER, C. A. *Os desafios regionais da mesorregião geográfica do oeste do Paraná*. IV SIMPGEO - Simpósio Paranaense de Pós-Graduação em Geografia. UNIOESTE - Campos de Marechal Cândido Rondon- 18 a 20 de junho de 2009. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/GEOGRAFIA/Artigos/artigo_cipriano.pdf>. Acesso realizado em 27 de maio de 2016 às 20h53min.

OLIVEIRA, G. B. de. *Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento*. Revista FAE, Curitiba, v. 5, nº 2, p. 37-48, maio/agosto. 2002. Disponível em: <http://sottili.xpg.uol.com.br/publicacoes/pdf/revista_da_fae/v5_n2_maio_agosto_2002/uma%20discussao%20sobre%20o%20conceito%20de%20desenvolvimento.pdf>. Acesso realizado em 17 de maio de 2016 às 14h23min.

PINTO, J. M. de R; ADRIÃO, T. *Noções gerais sobre o financiamento da educação no Brasil*. Eccos Revista Científica. São Paulo, jan-jun. v. 8, nº I, 2006, p. 23-46.

PRATA, R. D. *A Elevação dos Gastos Públicos nas Últimas Décadas no Brasil: Uma Análise*. Revista Eletrônica de Economia, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, mar. 2003. Disponível em: <http://www.viannajr.edu.br/site/menu/publicações/revista_economia/index.php?acao=artigos1>. Acesso realizado em 21 de junho de 2016 às 20h31min.

RIBEIRO, A. M. B. *Planejamento turístico regional: um estudo da Região Costa Oeste do Paraná*. 2005. 21 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2005.

SILVA, O. G. da; CAVALCANTI, A. L. C. *Uma análise dos indicadores de gestão utilizados no setor público federal do Brasil*. Estudo realizado na Controladoria Geral da União. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos112011/502.pdf>>. Acesso realizado em 18 de maio de 2016 às 22h13min.

SILVA, A. de A.P.; FERREIRA, M. A. M.; BRAGA, M.J.; MONTEIRO, D. A. A. *Análise da eficiência na alocação de recursos públicos destinados à saúde em Minas Gerais*. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA DA ANPAD – EnAPG, 4, 2010, Vitória, ES. Resumos. 2010.